

O PROJETO EDUCACIONAL: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A PRÁTICA ESPORTIVA NO UNIVERSO ESCOLAR

Rosalvo Luis Sawitzki

RESUMO: O artigo trata do projeto educacional da escola a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) e sua relação com a prática esportiva no universo escolar, dos planos de estudos do componente curricular educação física. As articulações e as proposições dele advindas requerem discussão prévia de todos os inseridos, explicitando claramente o seu significado no projeto educacional e não na lógica do sistema esportivo, o qual tem objetivos sociais diferentes dos de uma escola.

Palavras-chave: Projeto Educacional. Projeto Político Pedagógico. Prática Esportiva. Universo Escolar.

EDUCATIONAL PROJECT: POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT AND PRACTICE OF SPORTS SCHOLAR UNIVERSE

ABSTRACT: The study covers the school educational project as from the PPP and its relationship with the practice of sports in the scholar universe and the educational plans of the physical education curricular component. The resulting articulations and propositions require a prior discussion of all the inserted, clearly explaining their meaning in the educational project and not in the logic of the sport system, which has social objectives different from those of a school.

Keywords: Educational Project. Political-pedagogical project. Practice of sports. Scholar universe.

Introdução

O Projeto Educacional de uma escola constitui-se na explicitação e no planejamento das estratégias/ações administrativas e pedagógicas que visam cumprir a função social da escola em sociedade. Entende-se, portanto, que a principal função do referido projeto é a socialização/reconstrução/construção de saberes (científicos, técnicos e/ou do senso comum) em um contexto socialmente ético e sustentável.

O planejamento do projeto de uma escola pode efetivar-se de forma impositiva à comunidade escolar (determinado por um segmento da estrutura do poder político ou das equipes diretivas da escola) ou ser elaborado a partir da participação/cooperação dos segmentos e sujeitos desse projeto.

Ao longo dos anos de atuação na escola pública, nas funções de professor e dirigente, pude vivenciar diferentes projetos educacionais propostos por diferentes governos. Considerando essa experiência, é possível inferir que, independentemente do momento histórico, político, social e econômico do Estado do Rio Grande do Sul, a imposição de políticas educacionais prevaleceu ao projeto educacional escolar, desconsiderando, na maioria das vezes, a participação da comunidade escolar (profissionais, alunos, pais e sociedade em geral) na sua construção.

A atuação impositiva do Estado no planejamento das políticas educacionais traz como consequência uma pequena participação e um fraco envolvimento da comunidade escolar na construção de seu projeto educacional. Ainda hoje existem muitos projetos elaborados pelo poder político e impostos de forma hierárquica, sem participação democrática, caracterizando-se, dessa forma, a fragmentação do trabalho pedagógico entre os dirigentes educacionais e o seu espaço de efetivação, ou seja, a própria a escola.

Nessa perspectiva, na maioria das vezes, o que se planeja acaba sendo muito pouco, relacionado com o que é executado em sala de aula. Em geral, essa forma impositiva de distribuição de recursos humanos, financeiros, equipamentos e materiais, caracteriza políticas clientelistas no repasse e manutenção das estruturas físicas; assim, aqueles que têm maior poder político ou exercem mais pressão recebem recursos para a melhoria estrutural do espaço pedagógico da escola; em contrapartida, as escolas menores, com menos representatividade, necessitam realizar promoções e eventos com alunos, pais e a sociedade em geral, com vistas a conseguir as condições mínimas para execução de seus projetos.

Fazem parte da estrutura organizacional da escola algumas instituições representativas da sociedade (Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis, Associação de Professores e Funcionários, Clubes de Mães) e segmentos sociais (Conselho Escolar, Coordenadores Educacionais, Equipes Diretivas, Professores, Funcionários, Alunos, Pais), aos quais cabe um papel importante na construção do projeto educacional, baseado nos princípios democrático e participativo, da cogestão e da corresponsabilidade de todos no processo formativo a que a escola se propõe.

Quanto ao aspecto administrativo e pedagógico, compete ao poder político, ao governo, na organização de suas diferentes políticas sociais, a definição de princípios, critérios e diretrizes que estejam em consonância com a autonomia administrativa e pedagógica da escola e seu entorno, de forma que ela consiga construir seu projeto político pedagógico, preservando a identidade cultural da comunidade em que a escola estiver inserida, definindo papéis a serem cumpridos pelos diferentes setores, segmentos representativos e sociais existentes, sendo estes claros, do conhecimento de todos para que possam ser avaliados constantemente e ressignificados no seu percurso pelo seu coletivo.

Nessa perspectiva, compete à escola buscar projetos educacionais que priorizem o atendimento das necessidades e ansiedades das novas gerações. Para tanto, são necessários a adequação e o enriquecimento dos currículos, com o incremento dos recursos metodológicos para o seu desenvolvimento, de modo a gerar ganhos significativos na aprendizagem e na vivência da democracia, da liberdade e da responsabilidade dos alunos. A partir disso, com projetos educacionais que privilegiem o coletivo e a convivência em comunidade, visando a busca de uma sociedade melhor, de um indivíduo mais cooperativo e colaborativo enquanto ente coletivo, seria possibilitado aos jovens encontrar o caminho para a construção de uma sociedade mais humana, digna de ser vivida por todos.

Isso não acontecerá ao acaso. Será necessário o estímulo à participação colegiada no planejamento e na tomada de decisões, por parte dos gestores do referido projeto em questão. O convívio com processos democráticos aprimora as ações cotidianas no conviver da coletividade, mediadas pela diversidade, no conflito e na argumentação e, para que isso aconteça, é importante a participação de professores, funcionários, alunos, pais e comunidade na tomada de decisões da vida escolar.

Portanto, a organização administrativa da escola, por meio de seu processo de gestão, deve procurar garantir e estimular a participação em assembléias dos diversos setores e segmentos sociais, tais como o conselho escolar; da associação de pais e mestres; do grêmio estudantil; clube escolar esportivo, no sentido de que, além dos aspectos esportivos e culturais, o de serviços, com responsabilidade de participar na sua construção, execução e avaliação dos resultados do projeto educacional, propondo alternativas para o enfrentamento das dificuldades.

O Projeto Político Pedagógico, a prática esportiva escolar e os jogos escolares

O Projeto Político Pedagógico é o resultado de um processo, em que conste tanto o envolvimento quanto os objetivos que se pretendem atingir em um projeto educacional. Nesse sentido, durante a sua construção, o aspecto coletivo da comunidade escolar deve ser priorizado na participação e definição dos papéis das diferentes instituições existentes no espaço escolar, haja vista seus participantes serem atores diretos dessa construção.

A prática esportiva escolar e os jogos escolares, necessariamente, deverão passar pela análise de seu coletivo, para que se defina sobre a sua finalidade educativa, ou seja, sobre qual será o papel desempenhado por essa atividade na formação do indivíduo e não mais ser simplesmente uma ação que acontece na escola, envolvendo escolares, com uma finalidade que, em geral, vem desvinculada de seu propósito inerente.

[...] A escola tem especificidades que precisam ser respeitadas; isso 'obriga' todo e qualquer tipo de saber que pretenda adentrar a escola a passar pelo crivo dessas especificidades, tornando-se um saber tipicamente escolar. Portanto, e sem negar o potencial educativo do esporte, é preciso que o esporte passe por um trato pedagógico para que se torne um saber característico da escola e que se faça educativo na perspectiva de uma determinada concepção ou projeto de educação (BRACHT e ALMEIDA, 2003, p. 97).

Por esse motivo, a opção da prática esportiva escolar e dos jogos escolares, necessariamente, deve ser tarefa da escola e de seus participantes, com poder de decisão sobre os próprios princípios e diretrizes e não do sistema esportivo. Até porque esse sistema, muitas vezes, encontra-se alheio ao processo formativo e tão somente atrelado à lógica do esporte de rendimento, da valorização dos mais habilidosos, dos vencedores, da eliminação e não na função da escola, a qual se direciona no sentido de que todos os processos nela existentes sejam canalizados para a ampliação das possibilidades de participação e sucesso, como princípio basilar.

Para Veiga (2001, p.11), a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação do seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. É a escola que deve reclamar a sua construção e não esperar que os dirigentes políticos a definam. Ao poder político compete criar condições que propiciem a autonomia para que a escola ou rede de escolas, enquanto sistema, possa realmente construir um processo de participação coletiva, partindo da realidade de cada uma, com suas reais possibilidades, levando em consideração o espaço em que estejam envolvidas, com suas limitações, suas possibilidades de avanço e retrocessos, e suas diversidades cultural, econômica e social.

Na concepção de Verza (2000, p.185), o projeto político pedagógico da escola marca sua real especificidade:

E que o mesmo implica na (sic) organização coletiva dos educadores e educandos em relação de reciprocidade. Implica ações sistemáticas de contínua reflexão sobre processos da educação, revisão permanente dos objetivos pretendidos, das práticas em desenvolvimento e da avaliação da aprendizagem individual e coletiva. Portanto, a intencionalidade expressa no projeto pedagógico não é descritiva ou constatativa, mas constitutiva da escola. Daí, o porquê de sua construção/reconstrução permanentemente democrática.

A construção de um projeto político pedagógico fundamentado no princípio democrático coloca a vida da escola em constante inquietação, com participação coletiva na busca de alternativas para o enfrentamento de dificuldades e tomada de decisões em todas as ações educacionais

constantes em um estabelecimento de ensino. Este processo é complexo e demanda tempo para a obtenção de resultados. Talvez por isso, em algumas escolas e órgãos diretivos dos sistemas de ensino, participam da sua construção apenas alguns entes, como equipes diretivas e coordenadores, sem que seja considerada a opinião da comunidade escolar. Percebe-se, também, a omissão de muitos professores, alunos e pais, por entenderem que a sua participação nesses espaços públicos e coletivos pouco contribuirá com o processo educativo/formativo do cidadão.

Um projeto político pedagógico bem articulado deve ter a clara intenção de romper, na organização educacional com algumas estruturas que já se encontram na zona de conforto, isto é, em estabilidade, ou mesmo em processo de acomodação, pois há muitos anos se desenvolvem da mesma forma. Ao se propor um processo de discussão e definição de papéis coletivamente, passar-se-á a conviver com opiniões divergentes, muitas vezes; no entanto, apresentando também modos diferenciados de entendimento. Assim, muitas vezes, alguns processos de discussão coletiva sofrem 'boicotes' por parte dos participantes. Talvez por não mais acreditarem na sua efetividade, ou talvez pela própria prática de acomodação, não se mostrando dispostos a mudar ou a buscar outras formas de desenvolvimento das práticas esportivas e dos jogos escolares.

Conforme Veiga (2001, p.12), a escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico. Diante disso, entende-se que é de suma importância a participação da comunidade escolar na elaboração e execução do projeto político pedagógico, para que esteja contemplada a participação colegiada, inclusive nas deliberações administrativas. Justifica-se a importância dessa participação, considerando que uma comunidade ativa e participante, nos diferentes sistemas de ensino, oportunizará a reflexão e a construção de espaços de cooperação e colaboração, bem como desenvolverá senso crítico frente ao não cumprimento dos preceitos constitucionais.

A escola existe para a sociedade e não apenas para a realização profissional do coletivo dos professores e funcionários da mesma. Os cidadãos organizados têm o direito de pensar a dinâmica, o projeto político pedagógico da escola que pretendem. Sua exclusão no debate, muitas vezes fundada em preconceitos os mais variados, não passa de golpe autoritário, de quem se posiciona como se dono fosse da escola, ou vê no poder uma mercadoria da qual se apropria (VERZA, 2000, p.183).

A construção de um projeto político pedagógico tem a intencionalidade de amarrar e envolver a todos, sobretudo o que vai acontecer na escola, de forma coletiva e democrática: os professores, as equipes diretivas, os alunos, os pais, os funcionários, as instituições representativas e a sociedade em geral, criando um espaço de convivência,

de debate, de conflito mediado, da diversidade, da criticidade, do contraditório, enfim, reflexão-ação. Para tanto, o objetivo central é o projeto educacional do aluno, para o qual todos têm a responsabilidade social de contribuir por meio de ações educacionais desenvolvidas na escola e fora dela, tanto curriculares quanto extracurriculares.

Um projeto político pedagógico não pode limitar-se a um amontoado de planos de ensino das diferentes disciplinas curriculares, ou de atividades que venham a acontecer na escola (treinos esportivos, música, dança, capoeira, informática) desconectada, isolada, desarticulada de um projeto maior. Deve-se pensar num projeto educativo que possa contribuir para a formação integral do indivíduo. Esse projeto deve ser reconhecido por quase todos os participantes e com o qual eles precisam estar envolvidos, desde o seu planejamento e concepção, seus pressupostos teóricos e metodológicos, até a sua execução e os vários momentos de avaliação no percurso.

Portanto, pensar a existência de qualquer atividade no espaço escolar é uma necessidade que deverá passar pelo crivo do coletivo da escola e de seus participantes, no sentido de dar-lhe tratamento pedagógico, podendo, dessa forma, ser desenvolvida no seu interior. Se o esporte e os jogos escolares são atividades presentes no cotidiano da escola, com participação de toda a comunidade escolar, estes terão a incumbência conjunta de definir qual o papel a desempenhar na formação dos indivíduos.

Nesse sentido, o projeto político pedagógico da escola e o desenvolvimento da prática esportiva escolar e dos jogos escolares tornam-se mecanismos importantes na definição de papéis a serem desempenhados por seus atores no processo formativo. Isso justificaria a presença da atividade como prática educativa, com a elaboração dos objetivos, metodologias, programas de conteúdos, avaliações e a definição de meios para atingir a ação educativa: enfim, estruturar, no projeto político pedagógico, a prática esportiva escolar e os jogos escolares, estabelecendo relações educativas entre o educador e o aluno, destes entre si e com o contexto sociocultural que os contém.

Assim, a presença do esporte e dos jogos escolares nos processos educativos da escola, necessariamente, deve ser uma obra coletiva ligada ao respectivo projeto político pedagógico, diante da qual todos deverão estar igualmente de acordo com os papéis e funções a serem desempenhados em um processo coletivo de cooperação mútua.

O esporte escolar e as influências do sistema esportivo

O esporte constitui-se em um dos mais significativos fenômenos culturais, sobretudo da contemporaneidade, fenômeno que tem sido distorcido mediante sua utilização como uma das principais mercadorias

de consumo desde a modernidade. O esporte é uma invenção da sociedade moderna com fins de prática social. Desenvolveu-se, desde seu surgimento, como uma atividade para um determinado grupo social: as elites econômicas e com gênero definido: masculino. O seu objetivo era ocupar o tempo livre e diminuir a agressividade dos jovens e, mais tarde, a partir do século XIX, passou a ser utilizado como uma prática educativa no espaço escolar e para as mulheres (CASTELLANI, 2001).

Como prática educativa, a expansão do esporte moderno tem início com o pedagogo Thomas Arnold (1795-1842), que se apropria dos jogos populares ingleses e suprime algumas ilegalidades, para aplicá-los nas escolas públicas britânicas. Inicialmente, utiliza os jogos populares com bola, dando um sentido pedagógico. Arnold também é um dos primeiros a reconhecer o esporte na perspectiva educacional, bem como a Inglaterra é um dos países pioneiros em aceitar e utilizar o esporte como meio de educação, conforme anteriormente discutido (BRACHT, 1997).

A escola serviu como um espaço privilegiado para proliferação do esporte pelo mundo todo. Desde sua introdução no ambiente escolar, o esporte se apropriou das aulas de educação física, tornando-as sujeitas a ele. Essa invasão, muitas vezes, acontece paralela à vida da escola, influenciada por uma série de fatores, os quais passaram a determinar os seus objetivos e fins.

Ao longo do tempo, o esporte desenvolveu-se como prática social nos sistemas educacional e esportivo. Na escola, em geral, faltava definição de papéis e um referencial teórico que o legitimasse como um componente curricular com função pedagógica específica na formação do sujeito. Isso possibilitou ao sistema esportivo específico a apropriação do espaço escolar como estrutura organizacional, com espaço físico e clientela que proporcionam condições ideais ao seu desenvolvimento. Em razão de existirem insuficientes concepções teórico-filosóficas e pedagógicas no sistema de ensino para a sustentação da prática esportiva escolar e dos jogos escolares, persiste uma nebulosidade quanto ao papel a ser desempenhado nos diferentes sistemas, na sociedade e na formação do indivíduo (BRACHT, 1992).

Essa busca do caráter formativo na prática esportiva escolar e dos jogos escolares passa pela análise dos processos existentes e da função da escola na sociedade atual. O desenvolvimento do esporte escolar não tem função de especializar ninguém, mas, sim, de adequar-se às necessidades de desenvolvimento individual e coletivo, e ainda de propor respostas às necessidades sociais dos jovens, auxiliando na preparação destes rumo ao convívio em sociedade, além de ampliar as possibilidades de participação e de sucesso. Se a prática esportiva escolar é a perspectiva da seleção, do apoio aos mais dotados e sua organização for piramidal, de excessiva preocupação com o resultado e a valorização da vitória a qualquer custo, não poderá ser desenvolvida como uma atividade formativa. Se for este o caso, vale mais retirá-la do espaço escolar (SAWITZKI, 2008).

Na escola, a influência do sistema esportivo se estabelece quando, nas aulas de educação física, ocorre a esportivização, quando a aula, que deveria privilegiar a aprendizagem, a vivência e a participação de todos, é direcionada para alguns mais habilidosos, em detrimento da maioria que, em geral, apresenta algumas dificuldades motoras. A presença do esporte escolar não pode estabelecer-se apenas na perspectiva de jogar unicamente pela busca do resultado, sem organização e sem objetivos educacionais, e é isso em geral o que acontece fora do ambiente escolar. O fato de os alunos estarem envolvidos em ações educativas, como um jogo esportivo, deve contribuir para a sua formação, tanto no que tange à aprendizagem do convívio social quanto na melhoria das habilidades motoras dos jogadores (KUNZ, 1994).

No desenvolvimento das aulas de educação física, esses objetivos se concretizam quando se priorizam, nas atividades esportivas práticas, o selecionamento e a instrumentalização. O primeiro aspecto caracteriza a seleção dos melhores, dos mais habilidosos, a descoberta de atletas, de preferência em tenra idade, para que possam competir logo, em detrimento da maior parcela que apresenta algumas dificuldades para participar das atividades esportivas, seja por impossibilidades motoras ou emocionais. A instrumentalização fica caracterizada quando, nas atividades propostas aos alunos no ensino das práticas esportivas, opta-se pelo ensino da técnica dos movimentos estereotipados pelas diversas modalidades esportivas, jogando no padrão do modelo olímpico, internacionalmente conhecido. Com essa prática, os esportes e suas diferentes modalidades esportivas determinam que os alunos se adaptem ao modelo olímpico institucionalizado (KUNZ, 1994).

Dessa forma, o professor se furta de sua responsabilidade pedagógica na formação do futuro aluno, da sua função social de ensinar. Muitos professores, no decorrer de suas atividades pedagógicas, optam por desenvolver conteúdos com os quais têm mais afinidade, não garantindo ao aluno o direito ao conhecimento da diversidade cultural esportiva.

O ato de frequentar a escola deve ter algum significado do ponto de vista social. Um estudante não vai à escola para simplesmente 'jogar bola' (isso geralmente ele já faz fora do espaço escolar), por isso, esse ir à escola deverá significar algo na sua formação e contribuir para que ele possa retornar ao seu cotidiano e ressignificá-lo, transformar seu dia a dia e, então ressignificá-lo; enfim, que a partir da participação na prática esportiva escolar, nas aulas de educação física, esse aluno possa viver melhor, consigo e com os demais (SAWITZKI, 2008).

Nesse sentido, Carvalho (1987, p.14) justifica que "a única explicação plausível para a presença do esporte na escola só se pode encontrar na própria criança e no jovem", ou que "a questão central do esporte escolar não é esportiva e sim educativa". Para Bracht (1992), a prática do esporte escolar e a sua permanência na escola integram, no seu desenvolvimento,

os escolares e escolas, e a sua legitimação deve ser construída pelos processos internos existentes, pois é na escola que deve ser legitimado e ter definido seu papel na formação do indivíduo.

Para tanto, compete à escola e aos seus processos a definição do papel, a ser desempenhado por este conteúdo (esporte escolar) dentro do componente curricular educação física e não ao sistema esportivo, que se desenvolve no âmbito externo ao processo formativo, nos clubes esportivos, nas ligas esportivas, nas federações e confederações esportivas, nos comitês olímpicos nacionais e internacionais. Os princípios que imperam no sistema esportivo hoje são: a seletividade; a exclusão; a valorização do vencedor; a busca constante do atleta precoce; a hipercompetitividade e a vitória a qualquer custo (CARVALHO, 1987).

Esses princípios, portanto negam a função social da escola, segundo Carvalho (1987), como a entidade social responsável por preparar o aluno para a vida: de aprender a gostar de estudar; de aprender e gostar de conviver coletivamente com diferentes grupos sociais; de ampliar a participação e o convívio com a perspectiva do sucesso; de eliminar todas as formas de desigualdades sociais; de aprender a gostar de praticar esporte e não somente ganhar jogo; de gostar de estudar e não apenas obter boas notas, ser aprovado e passar de ano; de não manifestar excessiva preocupação com o resultado; de ser um transformador social capaz de ressignificar e contextualizar o conhecimento, tornando-se um indivíduo participante na comunidade na qual estiver inserido.

Nessa lógica, Kunz (1991, p.95) afirma que "a escola, além de repassar o conhecimento social de caráter pragmático e técnico, deverá também auxiliar os jovens no pleno desenvolvimento de sua personalidade sociocultural". Em outras palavras, a função da prática esportiva nas escolas e nas aulas de educação física transcende o simples aprender sobre as modalidades esportivas existentes e tem a ver, sim, com a preparação do aluno para a apropriação do mundo, para a vida no mundo.

Ainda segundo Kunz (1994, p.64), seria uma irresponsabilidade - tanto política quanto pedagógica - quando um professor, pelo processo didático-pedagógico escolar, incute no aluno vivências de insucesso ou fracasso. Na escola, o professor, ao articular os processos pedagógicos e os meios ideais para atingir os seus objetivos, deve buscar possibilidades para o convívio com situações de sucesso. Na prática esportiva escolar, o professor tem responsabilidade, tanto social quanto ética e moral, de eliminar todas as formas de desigualdades e segregação social, de exclusão e de insucesso.

Considerações finais

Entendo que a presença da prática esportiva no universo escolar possa se constituir como componente curricular, no projeto político

pedagógico, estabelecendo diretrizes claras e passíveis de serem alcançadas, explicitando as relações que se estabelecem com o projeto educacional da escola, grupo permanente de estudo, juntamente com os planos de ensino dos diferentes componentes curriculares, seus processos metodológicos e de avaliação; os princípios e condutas pedagógicas no desenvolvimento das atividades teorico-práticas nas aulas de educação física, nas práticas esportivas e jogos esportivos internos entre interescolares; as relações que estabelecem com as atividades de tempo livre dentro e fora da escola desenvolvidas pelos alunos com a sociedade em geral por meio de suas práticas na ocupação do tempo livre, nas competições esportivas, com o esporte federado ou de rendimento.

Na qualidade de profissional de educação física encarregado de proporcionar práticas esportivas e jogos escolares, compartilho da idéia/projeto do convívio como ação educativa. Por isso, é possível bem qualificar o processo formativo do cidadão por meio do convívio com as práticas e jogos esportivos, interferindo neles de forma explícita, baseado em teorias, princípios e condutas pedagógicas construídos por todos os integrantes da comunidade escolar e incluídos no projeto político pedagógico e nas políticas educacionais da escola.

Não se pode deixar, obviamente, de oportunizar a prática esportiva e as competições aos estudantes, mas é necessário buscar formas alternativas da prática dessas atividades no sentido de que elas venham a contribuir formativamente junto aos alunos.

Portanto, podemos assegurar que não basta simplesmente que a prática esportiva na escola instrumentalize os alunos em termos de aprendizagem das técnicas esportivas, melhorando suas habilidades motoras; porém, o mais importante, de fato, são: o processo formativo; o estabelecimento de relações e conexões possíveis de serem estabelecidas, utilizando-se para isso situações factuais acontecidos na prática esportiva, contextualizando-as com o dia a dia dos alunos.

As mudanças, na prática esportiva, não acontecerão por acaso, mas sim com ações inteligentes e vontade de definir aquilo que se quer e se considera importante ao seu desenvolvimento, partindo do levantamento da realidade existente e, também, da discussão sobre o que essas mudanças alterariam no cenário esportivo. Para tanto, deve-se estabelecer, com os órgãos do poder político, dirigentes educacionais, gestores municipais, dirigentes de clubes esportivos e sociedade em geral, políticas públicas relativas à prática esportiva e aos jogos escolares.

Dessa forma, não se pretende aqui negar a prática esportiva no universo da escola e, sim, buscar justificativas pedagógicas de sua permanência no espaço escolar como um componente curricular que verdadeiramente possa contribuir para o processo formativo, pois, para tal, o jogo esportivo é uma atividade rica em possibilidades. Poucas outras vivências no espaço escolar potencializam uma gama tão diversificada e, ao mesmo tempo, tão contraditória de experiências motoras, além de

aprendizagens formativas, do exercício da cidadania e do desenvolvimento social do aluno.

Referências

BRACHT, V. ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas (SP), v.24, n.º3, p. 87-101, maio de 2003.

BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desportos. 1997.

BRACHT, V. *Educação física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.

CASTELLANI, L. Notas para uma agenda do esporte brasileiro. In: Câmara dos deputados (Org.). *Desafios para o século XXI: coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*. Brasília: Coordenação de Publicações, 2001, p.577-589.

CARVALHO, A. M. *Desporto Escolar: inovação pedagógica e nova escola*: Lisboa (PT): Caminho, 1987.

KUNZ, E. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, 1994.

KUNZ, E. *Educação Física: ensino & mudança*. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, 1991.

SAWITZKI, R. L. *Esporte escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana*. 2008. 203 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2008.

VEIGA, I. P. A. (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas (SP): Papirus, 1995.

VERZA, S. B. *As políticas públicas de educação no município*. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, 2000.

Sobre o autor:

Rosalvo Luis Sawitzki é Professor da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM e Professor Adjunto do Centro de Educação Física e Desportos - CEFD - Departamento de Desportos Individuais - DDI.

Recebido em: 27-03-2013

Aprovado para publicação em: 20-11-2013